

Falta de energia elétrica leva o Amapá a dias de medo e insegurança

Entre 3 a 19 de novembro, foram 192 roubos, 172 furtos e 47 casos de lesão corporal, além de 16 crimes violentos letais intencionais e quatro mortes por intervenção policial

Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto
25 de novembro de 2020

DIVULGAÇÃO PMAP



Em meio à crise, a PMAP se encontrou operacionalmente fragilizada no enfrentamento à criminalidade, diante da inoperância temporária dos seus sistemas de comunicação

Completaram-se três semanas da grave crise energética que assola o Amapá, iniciada em 3 de novembro corrente com o incêndio que destruiu o transformador que levava luz à maior parte do estado. Embora há muito acostumados com as constantes quedas no fornecimento de energia, resultantes da fragilidade histórica do sistema elétrico, a dimensão inédita do sinistro superou o resguardo até mesmo daqueles privilegiados com geradores domésticos. No pior momento do apagão, mais de 780 mil amapaenses (90% da população do estado) ficaram sem energia elétrica por não menos que 96 horas.

O fornecimento emergencial de energia elétrica segue intermitente, racionado e falho, sujeitando a população de vários municípios amapaenses, inclusive da região metropolitana da capital, Macapá, à toda a sorte de agruras. Há falta de água e alimento, também de combustível e dinheiro. Agravam-se problemas de ordem sanitária, em especial, no atendimento a contaminação por Covid-19. Se não bastassem as desventuras, recentemente, fortes chuvas amazônicas, superiores à média esperada, provocaram inundações, aumentando o desespero ante as insalubridades e prejuízos materiais.

Especificamente sobre a segurança pública, a falha energética aparenta ter duplo efeito. Por um lado, incitou fatores formadores de tensões e conflitos sociais, que resultaram em mais de uma centena de protestos. Nas inúmeras manifestações (mais de 120 contabilizadas), ocorreram a queima de pneus e outros materiais inflamáveis em vias públicas como sinal de protesto ao acusado "longo descaso do poder público pela população do extremo Norte do país".

Em poucos eventos se fez necessário o “uso proporcional da força por meio de instrumentos de menor potencial ofensivo para dispersão dos manifestantes”, explicam os policiais. Em regra, as intervenções foram sendo sustentadas no diálogo com os manifestantes, sem a necessidade do uso da força. Não obstante, enfrentamentos ocorreram e pessoas saíram lesionadas. Numa ação mais grave, a Polícia Militar do Amapá vitimou um jovem de 13 anos de idade, ferido no olho direito por munição de borracha (elastômero). O caso segue em investigação.

Por outro lado, o apagão gerou uma implacável crise de eficiência na prestação dos serviços públicos, abarcando também as organizações policiais. Estruturados segundo a doutrina norte-americana do radiopatrulhamento motorizado urbano (lá 911, aqui 190), adotada pelas polícias militares brasileiras a partir de 1964, a PMAP se encontrou operacionalmente fragilizada no enfrentamento ordinário à criminalidade, diante da inoperância temporária dos seus sistemas de comunicação.

Ajustes na alocação das guarnições policiais com o reforço do efetivo e o restabelecimento parcial do fornecimento de energia possibilitaram a manutenção dos parâmetros da segurança pública. No período de 3 a 19 de novembro, foram contabilizados 192 roubos, 172 furtos e 47 casos de lesão corporal. Alguns saques foram registrados. De maior gravidade, ocorreram 16 crimes violentos letais intencionais e quatro mortes por intervenção policial. Em média, uma morte violenta intencional por dia. Nenhum policial foi vitimado no período. Pode-se considerar que não ocorreu o aumento expressivo dos números de crimes no período. De fato, alguns até diminuíram em comparação com as séries históricas.

Apesar da relativa normalidade nos números da incidência criminal, é grande a sensação de insegurança nas cidades durante o apagão, apontam os relatos colhidos. Um medo que parece assolar boa parte da população. Não se trata propriamente (ou apenas) da falta de luminosidade, mas de todas as imaginadas circunstâncias assustadoras que o apagão desencadeia. Abstrações estas assentadas em fatores de ordem interna e subjetiva, ainda que ligados à realidade objetiva da queda de energia elétrica.

Para alguns moradores das áreas periféricas mais afetadas, a própria subsistência está sob ameaça.

Já outros, menos prejudicados em termos materiais, apavoram-se com as recorrentes manifestações que colocam em xeque a ordem social. A mera visão do caos estarrece.

Mesmo certos policiais sentem grande apreensão ao encarar os protestos populares nas operações de choque para o controle de distúrbios civis, situações sempre tensas e passíveis de resultados indesejados, propensos a responsabilizações administrativas e penais.

Com o cair da noite, a falta de luminosidade e a expectativa de novos lapsos no fornecimento da energia elétrica comprometem a confiança no circular pela cidade e nos arranjos domésticos de segurança privada. Afinal, são muitos os perigos possíveis ou imaginários ocultados na escuridão. Para piorar, o calor equatorial impõe a abertura de preocupantes frestas para a ventilação. Mesmo entre os mais abastados, cercas elétricas, sistemas de vídeo monitoramento e alarmes não mais lhes garantem o sono tranquilo.

Se não bastassem todas as demais razões críticas, ao que parece a crise energética no Amapá urge solução também para que não experiencie seus efeitos colaterais sobre a segurança pública, posto que, conforme se sabe, o apoio tácito às ações policiais abusivas guarda estreita relação com a percepção social da insegurança, porquanto a sensação de medo conduz à validação de ações repressivas da força policial. Enfim, quanto mais guerreira for a polícia, maior a urgência.

Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto

Coronel da reserva remunerada (PMPA) e doutor em Sociologia (UnB)

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/ifpgfsh5vy>

